

1 **Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional –**
2 **CONSEAN/SE do ano de 2026.**
3

4 No decimo terceiro dia do mês de março de 2026, às nove horas e vinte três minutos, na sede do
5 Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe (CONSEAN/SE), localizado na
6 Travessa Baltazar Gois, número 86, Edifício Estado de Sergipe, 3º andar, Centro, Aracaju, Sergipe, foi
7 realizada a 3ª Reunião Ordinária do ano de 2026. Contou com a participação presencial dos seguintes
8 membros: Ana Ires Lima dos Santos- MNU; Alex Federle do Nascimento – CDJBC; Antônia Regina
9 Coelho de Oliveira- SEFAZ; Carivalda Ribeiro Souza-ICB; Claudino Augusto Dantas Júnior- CRN; Diana
10 dos Santos Batista- ASPDR; Edjunio Vieira Silva- IDPESE; Eliene da Silva Santos-Consean; Estelita
11 Santos da Conceição- Associação Nova Esperança; Gicélia Santos Prado- SEMAC; Kathleen Faro –
12 CONSEAN; Lucas Travassos Deda- SEAGRI ; Raquel Moraes Machado- SECC ; Risomar Maria Ferreira-
13 Instituto Ecovida; Ronaldo Cruz da Silva- SES; Silvino José dos Santos- ASPDR; Tania Maria de Lima-
14 Associação Bom Pastor; Valmira Beto dos Santos- Colônia de Pescadores Z3; Vanessa Gama Alves-
15 GACC; Vanessa Maria dos Santos- Centro Santo Antônio Ogum Raio de Sol; e Viviane Reis de Andrade-
16 SEASIC. E como Convidados: Edjan Alves das Neves-Associação de Pescadores Evangélico do Betume;
17 Tatiana Canuto Silva-Representante do MDS em Sergipe. E teve como pauta: 1-Apreciação e votação
18 da ata anterior;2-Apresentação das justificativas de ausência; 3-Aprovação da comissão de
19 reformulação do regimento interno; 4-Aprovação da comissão de eleição; 5-Organização da 6ª
20 conferência de SAN +2;6-Apresentação de pontos específicos para deliberações e
21 encaminhamentos;e 7-Apresentações de informes. Carivalda iniciou a reunião informando que faria
22 uma breve fala fora da pauta, pois os pontos previstos eram mais voltados aos conselheiros e a
23 assuntos internos. Em seguida, passou a palavra a Tatiana Canuto, representante do MDS. Tatiana
24 desejou bom dia a todos, destacou o grande número de mulheres presentes no conselho,
25 apresentou-se como nutricionista sergipana e explicou que, recentemente, participou de um
26 processo seletivo do Ministério do Desenvolvimento Social para a seleção de consultores, chamados
27 de articuladores do PAA em cada estado. Informou que foi selecionada para atuar em Sergipe,
28 fazendo a ponte entre o estado e Brasília, especialmente com a Secretaria Nacional de Segurança
29 Alimentar e Nutricional(SAN). Ressaltou que o MDS entende que o PAA não existe sem a sociedade
30 civil e sem o CONSEAN, motivo pelo qual estava ali para se apresentar e se colocar à disposição do
31 conselho e das entidades para apoiar tudo que estiver relacionado ao programa. Explicou que a
32 articulação poderá ocorrer por meio do esclarecimento de dúvidas sobre participação no programa,
33 seja como entidade recebedora ou como agricultor fornecedor, além de prestar assessoria, caminhar
34 conjuntamente para fortalecer a agricultura familiar e garantir que os alimentos cheguem às pessoas
35 em situação de vulnerabilidade social, conforme previsto no PAA. Informou ainda que solicitou
36 contato com a coordenação estadual do programa para compreender os desafios e potencialidades,
37 contribuindo para a conexão entre o Governo Federal, a SEASIC e os municípios. Acrescentou que
38 iniciaria visitas aos municípios, indo na segunda-feira a Boquim e, na quarta-feira, a Pedrinhas e
39 Umbaúba, para verificar se os programas já estão sendo executados e identificar possíveis
40 dificuldades. Carivalda complementou que, na reunião nacional, o MDS solicitou que os conselhos
41 acompanhassem as entregas do PAA nos municípios, pois têm recebido denúncias de que, apesar de
42 ser um programa federal, em alguns locais não está sendo devidamente identificado como tal e está

43 sendo apresentado como projeto municipal. Dessa forma, foi solicitado que o conselho
44 acompanhasse a agenda com Tatiana para conhecer as ações e elaborar relatórios. Informou ainda
45 que será enviado ao conselho um calendário com as agendas do PAA. Claudino apresentou-se como
46 representante do CRN5 e questionou sobre o programa Brasil Sem Fome e como está a adesão do
47 estado de Sergipe. Viviane apresentou-se e informou que a SEASIC está orientando os municípios
48 quanto à adesão e prestando apoio constante. Explicou também que a que Aline Ferreira está à frente
49 do PEAA, porém não pôde estar presente na reunião, pois o convite foi feito apenas no dia anterior
50 e ela estava em um município realizando a entrega do programa. Destacou que, tanto Aline quanto
51 a Secretaria, colocam-se à disposição do conselho. Sobre o acompanhamento mencionado por
52 Carivalda, afirmou que é importante, pois ocorre a apropriação do programa nas divulgações e
53 exposições nas redes sociais e nas entregas, e que a SEASIC busca constantemente orientar
54 agricultores e entidades receptoras quanto à correta identificação do programa. Carivalda informou
55 que foi solicitado que a divulgação do PAA ocorra durante as entregas, com a presença não apenas
56 do conselho municipal, mas também de alguém do conselho estadual. Destacou que fosse levada à
57 mesa para avaliação, pois há muitas ações a serem monitoradas e os conselheiros, em sua maioria,
58 possuem outras atividades profissionais e nem sempre estão disponíveis. Sugeriu que o
59 acompanhamento possa ocorrer em articulação com a SEASIC, com a indicação de alguém para
60 acompanhar as entregas juntamente com a equipe da secretaria. Tatiana informou que já havia
61 enviado alguns e-mails à SEASIC e aproveitou a reunião para propor o agendamento de um encontro,
62 com o objetivo de dialogar e compreender quais são os desafios e o que está acontecendo na
63 execução do programa no estado. Ressaltou que o objetivo do Governo Federal é atuar de forma
64 conjunta com a sociedade civil e com o governo estadual. Destacou ainda que já atua há bastante
65 tempo na área de SAN e que considera importante potencializar as ações em Sergipe, identificando
66 suas potencialidades. Explicou que, como articuladora do estado, precisa levar aos demais estados
67 as informações sobre o que está acontecendo em Sergipe e quais experiências têm dado certo. Citou
68 como exemplo o PEAA, que considera um diferencial, pois muitos estados não possuem um programa
69 semelhante, e manifestou interesse em definir uma data para essa reunião. Estelita apresentou-se
70 como integrante do Assentamento Cachoeira e da Associação Nova Esperança, no município de Frei
71 Paulo. Relatou a demanda existente na comunidade referente a um poço já construído, com estrutura
72 montada para distribuição de água aos lotes. Informou que atualmente o poço não está funcionando
73 por falta de energia adequada, pois o transformador instalado não suportou a carga e queimou,
74 sendo necessário apenas a substituição por outro. Disse que procurou a Energisa em Itabaiana e foi
75 informada de que a responsabilidade não seria da associação, mas da prefeitura, pois a ligação foi
76 feita na gestão do ex-prefeito. Destacou que o poço está parado, embora exista grande demanda por
77 água. Explicou que a comunidade possui cisternas e recebe água da Defesa Civil, e que técnicos
78 estiveram no local recentemente para verificar a situação. Ressaltou que, no momento, há água em
79 razão das chuvas, com tanques e barragens cheios, mas que normalmente enfrentam escassez.
80 Acrescentou que possuem terra para produzir, porém a falta de água dificulta o trabalho, e que, se o
81 poço estivesse funcionando, poderiam produzir independentemente das chuvas. Informou ainda que
82 pretende voltar a dialogar com o prefeito sobre a situação, pois os moradores desejam desenvolver
83 suas hortas. Ana Ires complementou a fala informando que esteve na comunidade durante a semana
84 e constatou a situação relatada. Explicou que são 27 famílias, com lotes amplos, e que observou
85 grande potencial produtivo na terra, porém sem produtividade devido à falta de água. Destacou que,

86 embora atualmente haja água em função das chuvas, a questão principal é o acesso à água potável,
87 que não existe de forma regular. Destacou que a comunidade possui estrutura para receber água
88 potável diariamente, mas ainda depende da Defesa Civil para o abastecimento, e que a água não
89 chega a todos os moradores e solicitou que Estelita explicasse melhor a situação. Estelita esclareceu
90 que a Defesa Civil define dois pontos de abastecimento nas comunidades, escolhendo moradores
91 responsáveis por receber a água. No assentamento existem dois pontos, porém há dificuldades em
92 um deles. Relatou que já apresentou diversas reclamações ao responsável pela Defesa Civil, pois um
93 dos moradores que recebe a água anteriormente possuía família, mas atualmente vive separado e
94 continua recebendo sozinho uma carga completa de água. Explicou que, como responsável pela
95 instituição, tentou solicitar que a água fosse dividida, porém ele não aceita o acordo. Disse que,
96 devido à grande demanda, os demais moradores acabam dividindo a água entre si para que as
97 cisternas não sequem, e que existe fiscalização por se tratar de ponto oficial de distribuição. Informou
98 ainda que Bruno, da Defesa Civil, já conversou com o morador na tentativa de resolver a situação.
99 Ana Ires acrescentou que, na comunidade, existem 27 famílias e apenas dois pontos de
100 abastecimento, sendo que em um deles a água fica com apenas um morador, enquanto no outro é
101 dividida entre as demais 26 famílias. Estelita informou que a água do poço é um pouco salobra e que
102 existe um dessalinizador que ficou na COHIDRO na época da gestão do Dr. Paulo. Explicou que,
103 conforme acordo firmado em 2013 entre o Banco Mundial, o Estado, o município e as associação, a
104 prefeitura ficou responsável pela parte da energia. Relatou que, atualmente, falta apenas resolver a
105 questão da energia e localizar o dessalinizador que havia sido adquirido na época, mas que não sabem
106 onde está, manifestando interesse em obter informações sobre a situação do equipamento. Ronaldo
107 desejou bom dia a todos, apresentou-se e afirmou ser um dia feliz por reencontrar pessoas com quem
108 teve a oportunidade de construir políticas de SAN ao longo dos anos. Parabenizou Tatiana Canuto
109 por sua trajetória, destacando seu conhecimento aprofundado na área, inclusive com mestrado no
110 tema, e desejou sucesso no espaço que ocupa atualmente. Carivalda complementou que Tatiana já
111 fez parte do conselho e solicitou que os conselheiros fossem breves nas falas, pois o momento já
112 havia se estendido além da pauta, mas explicou que abriu esse espaço para que Tatiana pudesse
113 conhecer melhor as demandas apresentadas. Ana Ires apresentou-se e destacou que aquele era um
114 momento oportuno para trazer reflexões. Recordou o processo de construção da política de
115 Segurança Alimentar e Nutricional e os públicos para os quais ela foi criada. Ressaltou que costuma
116 abordar a questão da população negra, compreendida de forma ampla, incluindo negros, povos de
117 terreiro, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. Questionou como essas
118 populações são contempladas nos editais e destacou a dificuldade de inserir pautas específicas
119 relacionadas à inclusão social passando pela pauta racial. Perguntou a Tatiana se poderia levar à
120 instância nacional a reflexão sobre a possibilidade de abertura de editais propositivos voltados às
121 comunidades tradicionais, povos de terreiro e matrizes africanas, ressaltando que, muitas vezes, as
122 políticas priorizam apenas a agricultura familiar. Mencionou que já houve diálogo com a secretária
123 Érica, que abriu um edital específico para as matrizes africanas no estado, possibilitando a
124 participação desses grupos. Destacou, no entanto, que, por se tratar de política federal, é importante
125 que essas discussões sejam transversalizadas. Disse compreender que se trata de um
126 questionamento amplo e que não era necessário responder naquele momento, solicitando apenas
127 que a reflexão fosse levada ao nível nacional. Tatiana agradeceu o espaço e disponibilizou seu contato
128 pessoal, solicitando que, ao entrarem em contato, se identifiquem e encaminhem demandas

129 relacionadas ao PAA. Reconheceu que a questão levantada por Ana Ires é complexa e importante
130 para reflexão, destacando a necessidade de articulação com o governo do estado. Informou que
131 existe recurso para execução do PAA Quilombola e que é necessário acompanhar mais de perto para
132 compreender como está a execução do programa no estado, ressaltando que já ocorreram algumas
133 entregas. Agradeceu também a Ronaldo pelo reconhecimento de sua trajetória na área de Segurança
134 Alimentar e Nutricional e afirmou estar feliz em poder contribuir com o estado nesse novo papel de
135 articulação. Valmira solicitou que Tatiana realizasse uma visita ao município de Santa Luzia do Itanhy,
136 informando que há problemas no sistema do PAA municipal que impedem a conclusão de processos.
137 Tatiana explicou que há recursos tanto para o estado quanto para alguns municípios, sendo
138 atualmente dez contemplados, entre eles Santa Luzia do Itanhy. Carivalda acrescentou que o MDS
139 havia se comprometido a encaminhar a lista de todos os municípios que receberam recursos e
140 daqueles que ainda não estão executando o programa, para que seja possível compreender a
141 situação. Informou que apresentaria essas informações na próxima reunião, e Tatiana confirmou que
142 também traria atualizações. Ronaldo ressaltou que, diante da posição estratégica ocupada por
143 Tatiana e de sua interlocução com o MDS, é importante que ela mantenha diálogo permanente com
144 o conselho, participando sempre que houver pautas relevantes. Carivalda solicitou que, sempre que
145 houver necessidade, Tatiana informe previamente à Secretaria Executiva para que o tema possa ser
146 incluído na pauta das reuniões. Tatiana concordou com a sugestão. Carivalda informou que havia
147 colocado alguns grãos de milho sobre a mesa e explicou que, durante reunião realizada em Brasília,
148 foi realizada uma mística em memória do Frei Celso, que atuava com agroecologia e faleceu
149 recentemente. Na ocasião, os participantes refletiram que, quando uma pessoa parte, fica um vazio,
150 mas, na luta do povo, o militante se multiplica. O milho apresentado representava sementes
151 provenientes do trabalho agroecológico desenvolvido por ele, simbolizando que sua luta continua
152 por meio das sementes e das pessoas que seguem plantando e multiplicando esse trabalho nas
153 comunidades. Carivalda agradeceu a presença de Tatiana e a convidou para participar de outras
154 reuniões do conselho. Em seguida, deu início ao primeiro ponto de pauta, informando que as atas
155 haviam sido previamente enviadas a todos os conselheiros. Colocou-as em votação e perguntou se
156 havia alguma observação. Não havendo manifestações, as duas atas foram aprovadas por todos. Na
157 sequência, passou às justificativas de ausência, registrando as justificativas de Flávia Munik, Maria
158 José e das representantes titular e suplente da SEED. Carivalda solicitou a apresentação das
159 comissões responsáveis pela alteração do regimento. Pela sociedade civil foram indicados: Carivalda,
160 Edjúnio, Marisa e Dianna; e, pelo segmento governamental, Ronaldo e Viviane. A composição foi
161 colocada para aprovação e todos concordaram. Em seguida, passou-se à formação da comissão
162 eleitoral, sendo indicados, pela sociedade civil, Tânia, Claudino, Carivalda e Ana Ires; e, pelo segmento
163 governamental, Lucas e Viviane. Carivalda informou que quem tivesse intenção de se candidatar à
164 presidência não poderia compor a comissão eleitoral. Diante disso, Ana Ires e Claudino optaram por
165 se retirar da comissão. Alex solicitou para ingressar. Carivalda perguntou se havia mais interessados
166 e informou a Alex que, conforme orientação repassada pela Secretaria Executiva, caso a entidade
167 dela pretendesse concorrer no processo eleitoral, ela não poderia compor a comissão responsável
168 pela eleição, que havia sido informada de que seu CPF não poderia mais participar, mas que
169 acreditava que isso não teria relação com sua participação na comissão. Carivalda afirmou que
170 gostaria de esclarecer a situação, destacando que, mesmo que o Instituto Cigano do Brasil (ICB) seja
171 eleito novamente, ela não permaneceria no conselho, e que considerava pouco provável a eleição do

172 instituto. Disse ainda que, conforme foi informado em reunião nacional, o presidente do conselho
173 poderia participar da comissão eleitoral, e que não seria apenas ela a tratar das questões do ICB, pois
174 haveria regras a serem seguidas. Ressaltou que, caso o ICB atendesse aos critérios estabelecidos,
175 poderia permanecer no conselho independentemente de quem o representasse. Questionou ainda
176 como uma comissão poderia trabalhar sem a participação do presidente, afirmando que esse
177 entendimento foi mencionado na reunião nacional. Claudino perguntou quem havia feito a
178 orientação citada, e a Secretária Executiva Kathleen informou que a discussão havia sido levantada
179 na reunião anterior, quando foi colocado que quem participasse do processo eleitoral não poderia
180 integrar a comissão responsável pela análise e escolha das entidades candidatas. Tânia afirmou que
181 havia compreendido de forma diferente, entendendo que, pelo fato de Carivalda ser a presidente do
182 conselho, ela poderia acompanhar o processo automaticamente. Carivalda reforçou que o presidente
183 precisa acompanhar todo o processo eleitoral. Tânia manifestou-se em defesa da permanência de
184 Carivalda e da representação do povo cigano no conselho, ressaltando que se trata de um povo
185 historicamente marginalizado. Destacou também a competência e a experiência de Carivalda,
186 afirmando que, quando chegou ao conselho, não compreendia plenamente seu funcionamento e que
187 buscou apoio nela para aprender. Considerou que Carivalda possui um histórico importante de
188 atuação e que sua saída representaria uma grande perda, especialmente para quem ainda está em
189 processo de aprendizado dentro do conselho. Claudino acrescentou que a defesa também se refere
190 aos povos e comunidades tradicionais. Explicou que o ICB poderia continuar representado, mas que
191 não vê, no cenário atual em Sergipe, alguém que possa substituir Carivalda com a mesma experiência
192 e atuação. Ressaltou que o ICB dificilmente indicaria alguém de outro estado para ocupar a vaga no
193 CONSEAN/SE e destacou que o conselho é uma plenária autônoma, podendo fundamentar suas
194 decisões e, se necessário, buscar respaldo jurídico com o apoio da assessoria da SEASIC. Ana Ires
195 afirmou que considera importante encerrar o debate sobre esse ponto. Recordou que, na reunião
195 anterior, foi defendido que a população cigana integra os povos e comunidades tradicionais e que
197 historicamente possui assento nos conselhos. Ressaltou que não seria adequado excluir a população
198 cigana do conselho, considerando as condições de vulnerabilidade e a ausência de políticas públicas
199 voltadas a essas comunidades. Avaliou que seria injusto retirar essa representação e destacou que o
200 conselho tem autonomia para tomar decisões, podendo inclusive colocar o tema em votação caso
201 haja posicionamentos contrários. Ana Ires também destacou que, ao longo da atuação no conselho,
202 Carivalda sempre contribuiu de forma positiva, demonstrando disponibilidade, capacidade de
203 articulação e postura conciliadora. Na sua avaliação, não há qualquer impedimento que justifique a
204 exclusão da representação cigana ou da participação de Carivalda. Ressaltou ainda que existem
205 outras questões internas que poderiam ser discutidas em outro momento, mas que, em relação à
206 participação da comunidade cigana, considera fundamental garantir sua presença no conselho.
207 Concluiu afirmando que é uma questão de coerência fortalecer as pessoas que atuam diretamente
208 nos territórios e que contribuem para a construção e fortalecimento das políticas públicas nesses
209 espaços. Carivalda informou que, no âmbito nacional, também têm ocorrido discussões semelhantes,
210 destacando que Sergipe não é o único estado com esses questionamentos, citando como exemplo
211 João Pessoa, na Paraíba, e o estado de Pernambuco. Explicou que, enquanto o povo negro possui
212 diversas representações, os povos ciganos contam apenas com uma representação em Sergipe e
213 seguem uma hierarquia própria dentro de sua cultura. Relatou que o ICB já acionou instâncias
214 superiores, inclusive o embaixador dos povos ciganos, para tratar da situação ocorrida em Sergipe,

215 ressaltando que a hierarquia cultural cigana precisa ser respeitada. Explicou que foi escolhida por
216 uma mandala do povo cigano para exercer a coordenação e que, dentro da tradição, essa função é
217 vitalícia, sendo substituída apenas após a morte, quando é realizado um novo oráculo para definir
218 quem assumirá a coordenação. Destacou ainda que foi a primeira mulher a ser escolhida para essa
219 função, algo que não era esperado, mas que, segundo ela, veio da ancestralidade e deve ser
220 respeitado. Acrescentou que, caso o Instituto Cigano do Brasil seja aprovado no edital, quem ocupará
221 a vaga será a coordenadora, ou seja, ela própria, afirmando ser essa a explicação que tem a
222 apresentar. Lucas informou que o tema já havia sido debatido na reunião anterior e esclareceu que
223 não há impedimento para que o ICB participe do processo eleitoral. Explicou que a entidade poderá
224 participar do fórum e que não há nada no regimento que impeça Carivalda de representar o instituto,
225 ressaltando que o impedimento se refere apenas à possibilidade de assumir novamente a presidência
226 do conselho. A Secretaria Executiva informou que houve uma consulta realizada à Procuradoria-Geral
227 do Estado (PGE) sobre a possibilidade de um conselheiro permanecer por mais de dois anos
228 consecutivos no conselho. Segundo o entendimento apresentado pela PGE, há impedimento para a
229 permanência do mesmo CPF por mais de um mandato consecutivo, embora o CNPJ da entidade possa
230 ser reconduzido, desde que seja indicada uma nova representação. Ana Ires sugeriu que o documento
231 fosse apresentado ao conselho. A Secretaria Executiva esclareceu que o documento já havia sido
232 encaminhado a todos no início do mandato e que a consulta foi realizada na época em razão da
233 situação do conselheiro Andrenito, que já participava do conselho há seis anos e desejava
234 permanecer. Diante disso, foi feita a consulta à PGE para esclarecer a possibilidade de continuidade,
235 tendo sido respondido que a entidade poderia ser reconduzida, mas não o mesmo representante.
236 Carivalda observou que a questão surgiu porque Andrenito tinha interesse em assumir novamente a
237 presidência do conselho. Claudino afirmou acreditar que o parecer emitido pela PGE foi específico
238 para a situação ocorrida à época e que não teria caráter de criação de regra ou norma permanente.
239 Destacou que as motivações daquele momento podem ter sido particulares e que o entendimento
240 talvez tenha sido direcionado apenas ao contexto analisado, não devendo necessariamente ser
241 interpretado como uma regra geral para o conselho. Lucas solicitou que o parecer da PGE fosse
242 disponibilizado para análise pelos conselheiros. Alex avaliou que a situação é complexa e envolve dois
243 aspectos distintos. O primeiro refere-se ao processo eleitoral, que, segundo ele, deve ser garantido,
244 pois não há impedimento para sua realização. O segundo aspecto está relacionado à questão
245 levantada por Carivalda, que envolve ancestralidade e cultura. Explicou que há entendimento da
246 Justiça Federal de que questões relacionadas à ancestralidade são definidas pelos próprios povos e
247 comunidades tradicionais, o que torna o tema delicado, pois pode gerar conflito entre diferentes
248 interpretações jurídicas. Alex acrescentou que, no que se refere à participação na comissão eleitoral,
249 seria importante que o setor jurídico analisasse a situação com mais profundidade, considerando as
250 especificidades culturais, religiosas e de ancestralidade envolvidas. Ressaltou que se trata de um fato
251 novo para o conselho e que pode, inclusive, levar à reavaliação do entendimento apresentado
252 anteriormente pela PGE. Na sua avaliação, o momento é de garantir a realização do processo
253 eleitoral, enquanto a outra questão, relacionada à permanência da conselheira, poderia ser tratada
254 em um processo específico de discussão. Sugeriu que o tema seja pautado em reunião própria, com
255 a participação da PGE, para que se possa discutir e definir melhor os encaminhamentos. Destacou
256 ainda que, quando não há previsão direta e objetiva no regimento, o plenário do conselho é soberano
257 para deliberar. Observou também que, embora exista a limitação de CPF prevista em âmbito

258 nacional, esse entendimento não trata especificamente de situações envolvendo povos e
259 comunidades tradicionais, o que abre margem para diferentes interpretações jurídicas. Assim,
260 considerou que se trata de um caso prático que precisa ser analisado com cautela, para evitar
261 decisões precipitadas, seja no sentido de defesa ou de destituição. Reforçou que uma questão é
262 garantir o processo eleitoral e outra é avaliar a permanência da conselheira caso o ICB seja
263 novamente eleito e não haja outra pessoa para representar a entidade. Carivalda informou que, em
264 discussões realizadas com representantes nacionais, foi mencionado que estados e municípios não
265 precisam necessariamente seguir integralmente as mesmas normas da instância nacional, podendo
266 realizar reuniões e promover alterações no regimento e na legislação local, desde que haja apoio
267 legislativo, como o de um deputado estadual. Citou como exemplo o estado de Pernambuco, que
268 realizou modificações em sua legislação, e informou que encaminharia o material para conhecimento
269 dos conselheiros, a fim de que pudessem avaliar como foi conduzido o processo naquele estado.
270 Ressaltou que não é favorável à permanência indefinida de conselheiros em cargos, mas defende que
271 a ancestralidade e a cultura dos povos tradicionais sejam respeitadas. Afirmou ainda que não está no
272 conselho com o objetivo de disputar cargos ou permanecer em função específica, mas para contribuir
273 com quem vier a ocupar o espaço. Alex questionou se o Instituto Cigano do Brasil teria condições de
274 indicar outra pessoa para representá-lo. Carivalda respondeu que não, pois não haveria outra pessoa
275 indicada pela comunidade. Alex observou que esse seria um primeiro ponto a ser refletido,
276 destacando que todas as organizações e movimentos podem estabelecer suas próprias formas de
277 organização, mas que também é importante realizar processos internos de reflexão e formação de
278 novas lideranças, caso houvesse outra pessoa apta a assumir a representação. Carivalda explicou que,
279 na tradição de sua comunidade, quando um líder falece, é realizado um ritual conhecido como
280 tradição do carvão, no qual se caminha sobre o carvão para que surja um sinal nos pés da pessoa
281 escolhida para assumir a liderança. Disse que, até o momento, ela é a única líder reconhecida, e que
282 somente após sua morte será definido quem ocupará seu lugar. Dianna manifestou concordância
283 com a avaliação apresentada por Alex, destacando a importância de conduzir o processo com cautela.
284 Sugeriu que, neste momento, seja garantido o direito do ICB de participar do processo eleitoral e da
285 plenária, deixando para discutir posteriormente a questão da permanência de Carivalda no conselho.
286 Caso seja necessário, o tema poderia ser novamente deliberado pela plenária em momento
287 oportuno, evitando o prolongamento excessivo das discussões e o desgaste das reuniões. Dianna
288 acrescentou ainda que a situação também pode servir como momento de reflexão para as
289 instituições sobre a importância de preparar novas lideranças e representantes. Explicou que, em sua
290 própria instituição, foi indicado outro membro como titular, justamente para que essa pessoa possa
291 acompanhar os trabalhos, compreender o funcionamento do conselho e, se necessário, dar
292 continuidade à representação no futuro. Ressaltou que não se trata de exigir que Carivalda tenha um
293 sucessor imediato, mas de considerar a possibilidade de incluir alguém que possa começar a aprender
294 e compreender o funcionamento do conselho. Carivalda relatou que a professora Edineia, da
295 universidade, convidou Camila, responsável pela creche Estrela Crescente do povo cigano, para
296 ministrar uma palestra na instituição. Segundo ela, Camila informou que precisaria da autorização da
297 coordenadora para participar, destacando que, dentro da cultura cigana, há um princípio de respeito
298 aos mais velhos e às lideranças, sendo necessário seguir essa hierarquia. Dianna afirmou que respeita
299 a ancestralidade e as crenças apresentadas, mas ressaltou que existe a figura do suplente dentro da
300 estrutura do conselho. Carivalda respondeu que cada entidade também enfrenta dificuldades para

301 encontrar substitutos ou representantes. Viviane solicitou que o debate fosse conduzido de forma
302 mais objetiva. Destacou que já existe um parecer anterior da PGE e que é necessário verificar se ele
303 se aplica à situação atual ou se será preciso realizar uma nova consulta. Ressaltou que, em nenhum
304 momento, houve qualquer proposta de exclusão dos povos e comunidades tradicionais ou da
305 população cigana do conselho. Segundo ela, o que está sendo discutido diz respeito especificamente
306 à representação de Carivalda e aos parâmetros legais que devem ser observados, respeitando
307 também a organização interna da comunidade. Viviane afirmou que a situação pode ser resolvida de
308 forma simples e objetiva: é necessário submeter o caso à análise jurídica para que seja verificado se
309 há ou não impedimento legal. Caso o entendimento seja favorável, o processo segue normalmente;
310 caso contrário, deverão ser definidos novos encaminhamentos. Acrescentou que a decisão não pode
311 se basear apenas em opiniões pessoais dos conselheiros, pois isso poderia prolongar a discussão sem
312 chegar a uma definição. Assim, reforçou que o caminho adequado é analisar o parecer anterior da
313 PGE, verificar se ele se aplica à situação atual e, caso não seja suficiente, solicitar nova análise jurídica.
314 Concluiu afirmando que, para ela, desde a reunião anterior ficou claro que não houve qualquer
315 tentativa de exclusão dos povos ciganos ou de outras comunidades tradicionais, nem se trata de uma
316 questão pessoal ou direcionada a Carivalda, sendo apenas necessário esclarecer juridicamente se a
317 situação é ou não permitida. Ana Ires afirmou que a fala de Viviane é pertinente, pois existe um
318 documento da PGE que foi apresentado anteriormente. Ressaltou que a Secretaria Executiva
319 informou que, no início do mandato, todos tiveram acesso a esse documento, embora o tema só
320 tenha voltado à discussão naquele momento. Destacou que, se existe esse documento, ele deve ser
321 resgatado e analisado, cumprindo-se o processo a partir dele e, caso seja necessário, elaborando-se
322 um novo encaminhamento posteriormente. Viviane reforçou que não cabe ao conselho produzir esse
323 entendimento jurídico, pois o parecer da PGE foi emitido em uma situação anterior que pode ou não
324 ser semelhante à atual. Assim, é necessário verificar se o caso se aplica ao contexto discutido; caso
325 contrário, deverá ser solicitada uma nova análise jurídica. Segundo ela, o papel do conselho é apenas
326 encaminhar a consulta, cabendo à PGE definir o que é ou não permitido. Ana Ires acrescentou que
327 tudo o que os povos e comunidades tradicionais pedem é respeito às suas tradições. Destacou que,
328 no caso da comunidade cigana, representada por Carivalda, a tradição possui características próprias
329 e que, se apenas ela puder exercer a representação, o documento da PGE poderia servir para registrar
330 formalmente essa situação específica, trazendo maior segurança jurídica para a comunidade cigana.
331 Avaliou que isso evitaria que o mesmo debate fosse retomado repetidamente em diferentes
332 momentos. Sugeriu ainda que a questão fosse colocada em votação, para evitar que a discussão
333 permanecesse sem encaminhamento e para reduzir a exposição e o desgaste gerados pela situação,
334 ressaltando que processos de exclusão são dolorosos e que todos desejam ser incluídos. Carivalda
335 afirmou que considera importante discutir o tema naquele momento, relatando que seu superior
336 participou de uma reunião com a embaixada cigana e com representantes nacionais, na qual foi
337 manifestada preocupação com a possibilidade de exclusão da representação cigana. Explicou que, se
338 o Instituto Cigano do Brasil possui apenas ela como representante e existe o entendimento de que
339 seu CPF não poderia continuar, a comunidade questiona qual seria o sentido do instituto participar
340 do processo. Disse que, nessa reunião, o entendimento foi de que a situação poderia ser interpretada
341 como exclusão e que o tema deveria ser tratado previamente para evitar conflitos futuros. Informou
342 que essa orientação partiu da embaixada cigana nacional, que solicitou que a questão fosse levada
343 ao conselho. Acrescentou que o instituto está buscando resolver a situação antecipadamente, antes

344 que o processo avance, destacando que o povo cigano tende a se mobilizar coletivamente quando se
345 sente prejudicado. Tânia afirmou que o amparo legal também precisa ser construído a partir da
346 instrução adequada do processo pelo próprio conselho. Destacou a importância da contribuição de
347 Carivalda ao longo da trajetória do CONSEAN, lembrando que, quando chegou ao conselho, havia
348 relatos de que ele não funcionava adequadamente, e que hoje o espaço apresenta avanços
349 significativos. Relatou que, no início de sua participação, buscava frequentemente orientação com
350 Carivalda e com a Secretaria Executiva para compreender o funcionamento do conselho. Ressaltou
351 que Carivalda possui uma trajetória importante, sendo fundadora do CONSEAN, com ampla
352 experiência e articulação em Brasília e em outros espaços institucionais. Avaliou que a eventual
353 exclusão de sua participação poderia representar uma perda significativa para o conselho. Defendeu
354 que Carivalda permaneça participando das duas comissões, a de regimento e a eleitoral,
355 considerando que ela não está pleiteando a presidência novamente, mas sim defendendo a
356 recondução da representação do povo cigano. Destacou que os povos e comunidades tradicionais
357 possuem trajetórias e formas de organização distintas, que não podem ser avaliadas a partir dos
358 mesmos critérios aplicados a outras organizações. Segundo ela, cada povo possui sua própria
359 identidade e história, e essas especificidades precisam ser consideradas, especialmente em políticas
360 públicas voltadas à inclusão de grupos historicamente marginalizados. Assim, reiterou a importância
361 da permanência de Carivalda no processo e destacou a necessidade de instruir adequadamente a
362 consulta jurídica para esclarecer a situação. Edjunio afirmou que a discussão estava se prolongando
363 sem encaminhamento objetivo. Destacou que a participação do ICB não está proibida, mas que existe
364 um aspecto importante relacionado à legislação. Explicou que os conselhos são instituídos por lei e
365 que qualquer alteração nas regras deve ser feita por meio de mudança legal. Ressaltou que a
366 legislação e o regimento atualmente vigentes estabelecem que nenhum representante pode
367 permanecer por mais de dois mandatos consecutivos, enfatizando que essa regra não se trata de algo
368 direcionado contra Carivalda ou qualquer outra pessoa, mas sim de um dispositivo previsto na norma
369 que rege o funcionamento do conselho. Edjunio afirmou que o conselho foi instituído por lei e que,
370 ao buscar o entendimento PGE, provavelmente será confirmado o que já está previsto na legislação.
371 Explicou que o conselho não possui competência para alterar a lei, pois essa atribuição é da
372 Assembleia Legislativa. Segundo ele, o conselho pode apresentar sugestões de alteração, o que é um
373 procedimento comum, mas não pode deliberar sobre mudanças que não estão dentro de sua
374 competência legal. Ressaltou que a legislação atual estabelece a limitação de dois mandatos
375 consecutivos para o mesmo representante e que, mesmo com uma nova consulta à PGE, a devolutiva
376 provavelmente seguirá esse entendimento, até que haja eventual mudança na lei ou no regimento
377 interno. Edjunio destacou ainda que o ICB pode participar do processo eleitoral sem impedimentos,
378 porém a pessoa física que já exerceu dois mandatos consecutivos não poderia permanecer na
379 representação. Diante disso, Carivalda afirmou que, nesse caso, o ICB não concorreria, pois se sentiria
380 excluído. Edjunio respondeu que não se trata de exclusão, mas de uma decisão da própria entidade
381 em retirar sua participação, ressaltando que a legislação estabelece essas regras para todos. Carivalda
382 questionou então por que existe uma minuta de alteração. Edjunio explicou que não se trata de algo
383 direcionado contra qualquer pessoa, mas de uma questão lógica e processual. Disse que, mesmo que
384 uma minuta seja elaborada, o processo de alteração legislativa é demorado, pois primeiro precisa ser
385 encaminhado à SEASIC, que posteriormente remete à PGE. Caso a PGE dê parecer favorável, o
386 documento segue para a Casa Civil e, em seguida, para o governador, que então poderá encaminhá-

387 lo à Assembleia Legislativa. Somente após esse trâmite é que poderia haver deliberação legislativa,
388 processo que pode levar um ou dois anos. Assim, ressaltou que, enquanto não houver alteração na
389 lei, deve-se obedecer ao que está atualmente estabelecido. Edjunio acrescentou que deseja que o
390 ICB continue participando, mas que não é possível agir em desacordo com a legislação, pois isso
391 poderia gerar entendimento de que uma entidade teria tratamento diferenciado em relação às
392 demais. Citou como exemplo outras representações presentes no conselho, como a de pessoas com
393 doenças raras ou de povos de terreiro, destacando que todas possuem suas especificidades culturais
394 e históricas, mas que a legislação precisa ser aplicada de forma igualitária. Reforçou que sua posição
395 não desconsidera a importância da representação cigana, mas decorre de seu entendimento jurídico
396 sobre o que está previsto em lei. Claudino sugeriu então que fosse realizada uma nova consulta à
397 PGE. Propôs que, considerando que havia quórum na reunião, o conselho pudesse registrar em
398 votação a manifestação da plenária sobre a continuidade de Carivalda como representante, caso o
399 ICB seja reeleito. Explicou que essa manifestação poderia considerar o contexto específico de Sergipe
400 e da representação do povo cigano no estado, deixando claro que, na ausência de outra pessoa
401 indicada, a impossibilidade de Carivalda representar a entidade poderia resultar, na prática, na saída
402 do ICB do conselho. Segundo ele, a plenária poderia deliberar e registrar sua posição favorável à
403 continuidade, encaminhando essa decisão juntamente com o pedido de parecer jurídico à PGE.
404 Sugeriu que o documento registrasse que, em reunião ordinária realizada em 13 de março, a plenária
405 do conselho manifestou-se favorável à continuidade da representação, caso juridicamente possível,
406 solicitando então o posicionamento da PGE. Avaliou que esse encaminhamento demonstraria
407 sensibilidade e apoio institucional à comunidade cigana. Gicélia afirmou que todos reconhecem a
408 contribuição e a capacidade de Carivalda para representar o conselho, além de compreender a
409 existência da hierarquia própria do povo cigano. No entanto, ressaltou que a situação precisa ser
410 tratada com cautela para evitar problemas futuros. Sugeriu que o documento da PGE seja analisado
411 formalmente e que, se necessário, um representante da Procuradoria participe de uma reunião do
412 conselho para esclarecer as questões jurídicas envolvidas. Reafirmou que reconhece Carivalda como
413 a melhor pessoa para representar a comunidade cigana naquele espaço. Viviane afirmou
414 compreender as manifestações apresentadas, mas destacou que, naquele momento, não haveria
415 impedimento para que o conselho registrasse sua posição sobre a importância da permanência da
416 representação. Ressaltou que os costumes, crenças e regras dos povos e comunidades tradicionais
417 são reconhecidos e garantidos por direitos institucionais, e que esses aspectos certamente serão
418 considerados pela PGE em eventual análise jurídica. No entanto, avaliou que não há necessidade de
419 prolongar excessivamente a discussão sobre quem aprova ou desaprova a permanência, pois o
420 encaminhamento técnico é simples: submeter a situação à análise da PGE com base no que está
421 previsto na legislação. Viviane também destacou que se sente incomodada com a extensão da
422 discussão, pois todos ali possuem responsabilidades e dedicam tempo para participar das reuniões.
423 Explicou que, quando se compromete a estar presente, organiza sua agenda e adia outras demandas
424 para contribuir com os trabalhos do conselho. Assim, reforçou que o encaminhamento precisa ser
425 objetivo: se a decisão é realizar a consulta à PGE, então que ela seja feita. Segundo ela, prolongar o
426 debate com diferentes interpretações pode fazer com que o conselho perca o foco da reunião e não
427 avance nas deliberações necessárias. Lucas informou que realizou a leitura da lei e do regimento para
428 verificar se havia algum dispositivo que impedisse a instituição de indicar novamente uma pessoa
429 que já havia exercido a representação. Segundo ele, tanto a lei quanto o regimento estabelecem que

430 as entidades da sociedade civil possuem mandato de dois anos, podendo ser reconduzidas por mais
431 dois anos, mas não há, nos textos normativos, uma proibição explícita de que a mesma pessoa seja
432 novamente indicada pela instituição. Ressaltou que como existe um posicionamento da PGE, razão
433 pela qual considera necessário encaminhar novamente a consulta para obter um posicionamento
434 oficial, evitando interpretações divergentes entre os conselheiros. Dianna concordou com a fala de
435 Lucas e explicou que esteve presente quando ocorreu a recomendação da PGE. Segundo ela, o
436 parecer surgiu em razão de uma situação específica, na qual havia conselheiros que já estavam no
437 conselho por mais de três mandatos consecutivos. Dessa forma, foi feita a recomendação de
438 limitação, mas ressaltou que essa orientação não constitui uma lei. Avaliou ainda que o conselho
439 pode estar se antecipando a um problema que ainda não ocorreu, pois o processo eleitoral ainda
440 será realizado e, posteriormente, a instituição poderá indicar novamente sua representante. Caso
441 haja questionamento quanto à permanência, o tema poderá então ser encaminhado aos órgãos de
442 controle, como a própria PGE ou o Ministério Público, para que seja analisado se a permanência é ou
443 não possível. Acrescentou que, no caso do conselheiro Andrenito, a situação envolveu outros fatores
444 além do tempo de permanência, e reiterou que a recomendação da PGE não impede a participação
445 do ICB no processo eleitoral nem a indicação de Carivalda como representante. Segundo ela, apenas
446 se houver questionamento posterior é que a plenária poderá apresentar defesa quanto à
447 permanência da representação. Valmira apresentou-se e questionou o momento em que o
448 documento da PGE passou a ser discutido. A Secretaria Executiva esclareceu que o documento
449 sempre existiu e que foi apresentado na época da situação envolvendo Andrenito, no início do
450 mandato deles em 2024. Valmira perguntou se ele havia sido levado à mesa apenas naquele
451 momento, e a Secretaria Executiva confirmou que havia sido mencionado em reunião anteriores.
452 Dianna reiterou que o caso de Andrenito foi uma situação específica e sugeriu que, mesmo existindo
453 o documento da PGE, o conselho poderia deliberar sobre o encaminhamento. Em sua avaliação, o
454 conselho é soberano em suas decisões e uma recomendação da PGE, por si só, não impediria a
455 participação do ICB no processo eleitoral. Assim, considerou pertinente que a plenária se
456 posicionasse e, posteriormente, encaminhasse a consulta à PGE, registrando que o conselho
457 manifesta interesse na continuidade da representação. Claudino informou que a presidente havia
458 cancelado as inscrições naquele momento e solicitou questão de ordem. Em seguida, colocou em
459 votação a sugestão de registrar o posicionamento da plenária favorável à continuidade de Carivalda
460 como representante, condicionada ao parecer da PGE. Explicou que quem fosse favorável à
461 continuidade deveria votar a favor, enquanto quem discordasse poderia votar contra ou se abster.
462 Carivalda esclareceu que, caso o Instituto Cigano do Brasil entenda previamente que ela não poderá
463 permanecer como representante, a entidade não participará do edital, podendo buscar outras
464 formas de atuação. Em seguida, questionou se poderia participar da comissão eleitoral, ressaltando
465 que não pretende concorrer novamente à presidência do conselho. Alex solicitou então que a
466 questão da votação fosse retomada de forma organizada. Viviane afirmou que não concorda com a
467 orientação de que quem não se sentisse confortável poderia deixar de votar. Explicou que a
468 abstenção não significa necessariamente desconforto ou discordância, mas pode representar o
469 entendimento de que a votação, naquele momento, não teria utilidade prática. Em sua avaliação, a
470 votação não contribuiria para resolver a questão da permanência ou não da presidente, pois o tema
471 depende de análise jurídica. Assim, informou que optaria pela abstenção por considerar que a
472 votação não auxiliaria na solução do problema. Carivalda reiterou que a entidade que representa

473 somente participará do edital caso tenha a garantia de que ela poderá permanecer como
474 representante no conselho. Viviane afirmou que compreendeu as colocações apresentadas, porém
475 ressaltou que não era exatamente essa a questão que estava sendo colocada naquele momento da
476 discussão. Dianna destacou que não basta apenas solicitar um parecer para que a PGE o emita, pois,
477 em sua avaliação, o parecer normalmente ocorre quando há um questionamento concreto sobre
478 determinada situação. Segundo ela, caso Carivalda venha a ser indicada novamente pelo Instituto
479 Cigano do Brasil (ICB) e ninguém apresente questionamento quanto à sua permanência, não haveria
480 necessidade imediata de consulta à PGE. Dessa forma, concordou com a manifestação de Viviane de
481 que, naquele momento, a consulta poderia ser considerada desnecessária. Entretanto, sugeriu que,
482 caso o objetivo do conselho seja demonstrar apoio à permanência de Carivalda, poderia ser realizada
483 uma votação registrando o posicionamento favorável da plenária. Claudino informou que o parecer
484 jurídico seria solicitado e que poderia constar no encaminhamento que, **na reunião ordinária**
485 **realizada em 13 de março, houve manifestação da plenária favorável à continuidade de Carivalda**
486 **na representação do ICB, caso a entidade venha a ser reeleita.** Dianna sugeriu então que fosse
487 acrescentado que a solicitação de parecer à PGE fosse realizada apenas no caso de surgir
488 impedimento ou questionamento futuro sobre a permanência. Diante disso, Claudino colocou em
489 votação o encaminhamento de solicitar parecer jurídico à PGE sobre a possibilidade de continuidade
490 de Carivalda representando o ICB, na hipótese de reeleição da entidade, registrando também o
491 posicionamento da plenária quanto à permanência. Carivalda informou que não participaria da
492 votação. **Após a abertura da votação, foram registrados 13 votos favoráveis à permanência: Tânia,**
493 **Alex, Gicélia, Risomar, Claudino, Ana Ires, Ronaldo, Vanessa, Estelita, Valmira, Silvino, Raquel e**
494 **Carivalda. Não houve votos contrários. Registraram abstenção Viviane, Edjúnio, Lucas e Antônia.**
495 Viviane solicitou que constasse em ata a justificativa de sua abstenção, explicando que considerava
496 inadequada a realização de uma votação sobre um tema que ainda não havia sido formalmente
497 submetido à análise da PGE. Ressaltou que sua abstenção não significava ser contrária à permanência
498 de Carivalda, mas que, em sua avaliação, não seria possível deliberar sobre a questão antes da
499 consulta jurídica. Edjúnio também apresentou justificativa para sua abstenção, afirmando
500 inicialmente que o tema não constava como ponto de pauta da reunião. Carivalda mencionou que o
501 assunto poderia estar incluído nos “informes” ou no item “o que ocorrer”. Edjúnio pediu desculpas e
502 explicou que, em sua compreensão, votações não deveriam ocorrer dentro do item “o que ocorrer”,
503 pois, por não estar previamente incluído na pauta, o tema não poderia ser discutido nem deliberado
504 naquele momento. Acrescentou ainda que, em sua avaliação, não haveria justificativa para solicitar
505 um parecer jurídico sem que o fato concreto tivesse ocorrido. Reiterou, contudo, que sua posição
506 não representava qualquer oposição à presidente. Após as justificativas, iniciou-se uma discussão
507 com várias manifestações simultâneas entre os conselheiros. Em seguida, a Secretaria Executiva
508 informou que, com a saída de Claudino e Ana Ires da comissão eleitoral e a entrada de Alex, ainda
509 permanecia uma vaga a ser preenchida na comissão. Dianna, foi a única que se colocou à disposição
510 para compor a comissão, porém a presidente informou que ela não poderia assumir a vaga por ser
511 conselheira suplente. Assim, indicou que a vaga deveria ser ocupada por Silvino, por ser conselheiro
512 titular e acompanhar regularmente as reuniões. Dianna afirmou que quem define a participação nas
513 comissões é a própria entidade representada. E iniciaram uma discussão com tons de voz mais alto.
514 Diante disso, Viviane solicitou que todos mantivessem a postura e a forma adequada de se expressar
515 durante a reunião, o que deu início a uma nova discussão entre os conselheiros. Viviane esclareceu

516 que é suplente da Secretaria e que a pauta já havia sido discutida anteriormente com ela. Ressaltou
517 que cada representante pode se colocar à disposição ou não para compor uma comissão, mas que a
518 decisão final sobre quem participa cabe à entidade representada. Em seu entendimento, caso a
519 conselheira estivesse presente na reunião, poderia sim se colocar como participante da comissão,
520 independentemente da frequência nas reuniões, pois a definição não está necessariamente vinculada
521 à presença constante, mas sim à indicação da entidade. Diante das divergências, a Secretaria
522 Executiva solicitou que fosse definido objetivamente como ficaria composta a Comissão Eleitoral.
523 Após os encaminhamentos, foi confirmada a seguinte composição: **Representação**
524 **governamental:** Viviane e Lucas. **Representação da sociedade civil:** Alex, Dianna, Tânia e Carivalda.
525 Após a definição inicial, iniciou-se nova discussão, pois foi observado que Dianna já participava de
526 outra comissão do conselho. Dianna explicou que havia se colocado à disposição porque, quando foi
527 perguntado quem gostaria de participar, ninguém havia se manifestado. Segundo ela, somente após
528 sua manifestação é que outras pessoas passaram a demonstrar interesse. Diante disso, questionou o
529 motivo de agora haver proposta de votação para sua saída da comissão e solicitou esclarecimentos
530 sobre essa possibilidade. Na sequência, Alex informou que o CDJBC decidiu, institucionalmente, abrir
531 espaço para que outra entidade pudesse participar do conselho. Explicou que, como ele próprio já
532 integra a Comissão Eleitoral e que a entidade já se encontra no terceiro mandato, considerando que
533 João Alexandre já havia exercido dois mandatos e que uma eventual recondução levaria ao quarto, a
534 avaliação interna foi de que seria mais adequado promover a alternância de entidades no conselho.
535 Segundo ele, em uma democracia participativa é importante garantir a rotatividade e ampliar a
536 participação de outros movimentos e redes que também atuam na construção da agroecologia no
537 estado, como, por exemplo, a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e outros atores que também
538 desenvolvem ações na área. Dessa forma, informou que a entidade decidiu renunciar à possibilidade
539 de um quarto mandato no Conselho de Segurança Alimentar, com o objetivo de abrir espaço para
540 novas organizações contribuírem com o conselho. Em seguida, Carivalda ressaltou que o edital de
541 participação no conselho estabelece critérios específicos, e que as entidades precisam comprovar
542 atuação efetiva na área de Segurança Alimentar e Nutricional. Destacou que apenas participar de
543 programas como a doação de alimentos do PAA não é suficiente para caracterizar uma entidade
544 como atuante na área. Segundo ela, existem organizações que participam do conselho sem ter
545 atuação direta em segurança alimentar, o que pode gerar dificuldades no entendimento das políticas
546 discutidas. Citou como exemplo a participação de entidades de outras áreas, como um sindicato de
547 contabilidade, afirmando que atividades de contabilidade não possuem relação direta com a política
548 de segurança alimentar. Ressaltou ainda que o edital apresenta documentação específica para
549 verificar quais entidades estão aptas a participar do processo. Na sequência, Carivalda passou para a
550 pauta seguinte da reunião, referente à **Conferência 6+2**. Explicou que, antes da realização da plenária
551 nacional, ocorre uma reunião da **CPCE**, composta pelos presidentes estaduais, na qual são discutidas
552 propostas que posteriormente são levadas à plenária nacional. Informou que, nessa reunião, foi
553 aprovado que apenas duas capitais com maior disponibilidade de recursos realizarão conferências
554 com duração de dois dias. Para os demais estados, como Sergipe, foi proposto um encontro com
555 participação entre 70 e 100 pessoas, considerando que o estado possui 75 municípios, e que a
556 conferência seria realizada em apenas um dia. Carivalda acrescentou que as **cozinhas solidárias** e
557 a **SEED**, por meio de Lucileide — que frequentemente auxilia nas ações do conselho — poderiam
558 contribuir com a oferta de alimentação durante o evento. Manifestou também preocupação quanto

559 à definição do local de realização da conferência, mencionando a possibilidade de utilizar o auditório
560 da SEASIC e questionando se o espaço teria capacidade para receber o público estimado. Sugeriu
561 ainda que a alimentação pudesse ser realizada no próprio local, com os participantes permanecendo
562 em suas cadeiras. Entretanto, essa sugestão gerou discordância por parte de Viviane e Ronaldo, que
563 manifestaram posicionamento contrário à ideia. Viviane informou que, nos eventos realizados pela
564 Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania (SEASIC), busca-se sempre garantir o
565 conforto e a dignidade dos participantes. Ronaldo reforçou essa preocupação, destacando que é
566 necessário assegurar, ao menos, condições mínimas de conforto para o público presente. Como
567 sugestão, Carivalda propôs a instalação de um toldo e a disponibilização de mesas ou cadeiras para
568 o momento do almoço. Acrescentou ainda que o encontro teria ocorrer nos dias 20 ou 23 de abril. A
569 Secretaria Executiva informou que o dia 21 de abril é feriado. Carivalda acrescentou que o estado de
570 Alagoas realizará seu encontro no dia 18 de abril. Informou também que o palestrante que virá de
571 Alagoas será Gilmar, de Pernambuco, acompanhado do Pai de Santo Ronaldo, além de outras duas
572 pessoas da CPCE. Destacou ainda que Nea Brazão, de Macapá, também participará, realizando a
573 intermediação das atividades e contribuindo na definição de como as oficinas serão conduzidas
574 durante o encontro. Viviane solicitou que seja formalizada a solicitação de apoio à SEASIC e que se
575 aguarde a resposta oficial antes de considerar qualquer impossibilidade. Também sugeriu que o
576 evento seja planejado inicialmente para 75 participantes, a fim de evitar possíveis constrangimentos
577 ou dificuldades logísticas por conta de pequenas diferenças no número de participantes. A Secretaria
578 Executiva pediu licença para se manifestar e sugeriu que o planejamento fosse feito para 100
579 participantes, considerando também a presença dos conselheiros estaduais no evento. Carivalda
580 informou que, para a etapa nacional, serão indicados três delegados do conselho estadual, sendo um
581 representante da presidência e dois do governo. Explicou que esses delegados sairão do próprio
582 Conselho Estadual e que, para o encontro preparatório, participarão também os presidentes dos
583 conselhos municipais. Sugeriu que uma vaga fosse destinada à presidência da CPCM e que as outras
584 duas fossem indicadas entre os membros das comissões, enquanto o governo definiria
585 posteriormente seus dois representantes. Viviane questionou como seriam custeadas as passagens
586 e hospedagens dos palestrantes e solicitou a elaboração de um briefing com as informações
587 necessárias para organização do evento. Carivalda respondeu que os custos seriam arcados pela
588 CPCE. Viviane informou que verificaria essa informação e avaliaria outras possibilidades de apoio,
589 reiterando a necessidade de elaboração do briefing. Atendendo à solicitação da presidência, a
590 Secretaria Executiva realizou a leitura das informações sobre a Conferência 6+2, informando que o
591 evento nacional será realizado nos dias 8, 9 e 10 de junho de 2026, das 9h às 18h, em Brasília. Cada
592 estado deverá indicar seis participantes, sendo: 4 da sociedade civil (três conselheiros estaduais mais
593 o presidente do conselho); 2 representantes governamentais, preferencialmente comprometidos
594 com o SISAN, sendo recomendada a participação do secretário executivo ou presidente da CAISAN e
595 de outro gestor com atuação na área. Também foi informado que as passagens e custos do presidente
596 do conselho serão custeados pelo Governo Federal, enquanto as despesas dos demais participantes
597 serão de responsabilidade do governo estadual. Carivalda acrescentou que, caso o governo estadual
598 não preencha as duas vagas governamentais, essas poderão ser disponibilizadas para representantes
599 da sociedade civil. Carivalda destacou ainda que é importante que os participantes escolhidos tenham
600 conhecimento sobre a política de Segurança Alimentar e Nutricional no estado e nos municípios, pois
601 será elaborada uma carta de propostas, que será levada já assinada pelos participantes. Informou

602 também que um dos delegados deverá apresentar informações sobre o Plano Estadual de Segurança
603 Alimentar de Sergipe, destacando avanços, desafios e pontos que precisam ser ajustados, além de
604 dialogar com o plano nacional. Ressaltou que os representantes precisam estar preparados para as
605 discussões, pois haverá também premiação para o conselho que se destacar no processo. Em
606 seguida, perguntou se havia dúvidas entre os conselheiros. A Secretária Executiva lembrou que o
607 calendário está bastante apertado, considerando que já estavam no mês de março e que abril possui
608 vários feriados, como Semana Santa e Tiradentes, o que reduz o tempo disponível para organização.
609 Por isso, solicitou que os conselheiros tenham discernimento e objetividade ao encaminhar
610 demandas para o briefing. Ana Ires destacou que o evento não deveria ocorrer na véspera de feriado,
611 pois muitas pessoas costumam viajar nessas datas. Após a discussão, ficou definido o dia 23 de
612 abril para realização do encontro da Conferência 6+2 em Sergipe. Ana Ires também solicitou que as
613 demais secretarias que compõem o conselho possam colaborar com materiais e apoio logístico para
614 a realização do evento. Em seguida, Carivalda agradeceu a participação de todos e encerrou a
615 reunião. Encaminhamentos definidos na reunião: **1- Comissão de Alteração do Regimento Interno**
616 :Representação governamental: Viviane e Ronaldo. Sociedade civil: Carivalda, Edjúnio, Dianna e
617 Marisa. **2-Comissão Eleitoral** Representação governamental: Viviane e Lucas. Sociedade civil:
618 Carivalda, Dianna, Alex e Tânia. **3- Realização do encontro estadual da Conferência 6+2:** Data
619 definida: **23 de abril** e 4-Envio de consulta à PGE, sobre a possibilidade de permanência de Carivalda
620 na representação do ICB, em caso de reeleição. Por fim, registrou-se que, no momento da votação
621 realizada durante a reunião, foram contabilizados 14 votos, porém posteriormente verificou-se que
622 o número correto seria 13 votos, uma vez que Dianna também votou, mesmo estando presente seu
623 conselheiro titular, o que gerou a duplicidade na contagem. Nada mais a declarar a presidente deu
624 como encerrada a reunião, e eu, Kathleen Faro Hagenbeck, Secretária Executiva, lavrarei a presente
625 ata, a qual após lida e achada conforme, será assinada por mim e pelos senhores conselheiros.

626
627 Ana Ires Lima dos Santos MNU _____
628 Alex Federle do Nascimento – CDJBC _____
629 Antônia Regina Coelho de Oliveira- SEAFAZ _____
630 Carivalda Ribeiro Souza-ICB _____
631 Claudino Augusto Dantas Júnior- CRN _____
632 Diana dos Santos Batista- ASPDR _____
633 Edjunio Vieira Silva- IDPESE _____
634 Eliene da silva santos-Consean _____
635 Estelita Santos da Conceição- Associação Nova Esperança _____
636 Gicélia Santos Prado- SEMAC _____
637 Kathleen Faro – CONSEAN _____
638 Lucas Travassos Deda- SEAGRI _____
639
640
641
642
643
644

645	Raquel Moraes Machado- SECC _____
646	Risomar Maria Ferreira-Instituto Ecovida _____
647	Ronaldo Cruz da Silva- SES _____
648	Ronaldo Cruz da Silva- SES _____
649	Silvino José dos Santos- ASPDR _____
650	Silvino José dos Santos- ASPDR _____
651	Tania Maria de Lima- Associação Bom Pastor _____
652	Valmira Beto dos Santos- Colônia de Pescadores Z3 _____
653	Valmira Beto dos Santos- Colônia de Pescadores Z3 _____
654	Vanessa Gama Alves- GACC _____
655	Vanessa Maria dos Santos- Centro Santo Antônio Ogum Raio de
656	Vanessa Maria dos Santos- Centro Santo Antônio Ogum Raio de
657	Sol _____
658	Sol _____
659	Viviane Reis de Andrade-SEASIC _____
660	Edjan Alves das Neves-Associação de Pescadores Evangélico do Betume (Convidada)
661	Tatiana Canuto Silva-Representante do MDS em Sergipe(Convidada)
662	Tatiana Canuto Silva-Representante do MDS em Sergipe(Convidada)